

Título da experiência: *“Políticas públicas de apoio à população de rua” – Uma experiência inovadora como contribuição da sociedade civil: Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.*

Grupo temático: O Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Abrigamento

Nome: Claudia de Araujo Cabral

Diretora executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens

Graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho e Pós-Graduação em Pedagogia com diploma pelo Instituto Católico de Paris.

Nome: Rejane Cristina Dias Pinto

2º Sub Coordenadora da Infância

Graduação em Direito - Promotora de Justiça

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Grupo de Trabalho: *DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA*

Bloco Temático: “Políticas públicas de apoio à população de rua” – Uma experiência inovadora como contribuição da sociedade civil: Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

JUSTIFICATIVA

As atividades da Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) têm como foco a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes separados ou em vias de se separar de suas famílias.

A utilização da Abordagem Sistêmica em suas ações é o que caracteriza a ABTH no atendimento de crianças e adolescentes. Segundo essa abordagem, a criança/adolescente não é visto de forma isolada, mas compreendido através do contexto familiar e comunitário no qual se encontra inserido. Durante todo o seu tempo de ação, a ABTH vem investindo e acreditando na competência das famílias, obtendo resultados positivos no que concerne à garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Conhecendo a especialidade da Instituição, o Governo do Estado do Rio de Janeiro convidou-a a executar em parceria um projeto, de forma a investir no acompanhamento psicossocial de famílias. Em dezembro de 1999, ficou então estabelecida uma parceria entre a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e a ABTH no sentido de reverter o quadro de crianças e adolescentes em situação de rua em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro. Essa parceria foi denominada PROJETO DA RUA PARA A ESCOLA. Segundo o Projeto, as crianças e os adolescentes abordados nas ruas por equipes parceiras foram encaminhados à ABTH, juntamente com suas famílias, permanecendo no Projeto por aproximadamente um ano, através do acompanhamento familiar e da concessão de uma renda mínima.

OBJETIVO

Geral:

- Após 06 (seis) meses de ação, 350 crianças e adolescentes foram reintegrados às suas famílias e inseridos na rede escolar.

Específicos:

- Reversão da situação de rua e promoção da educação das crianças e adolescentes atendidos, defendendo o direito à convivência familiar e comunitária previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Fortalecimento do ambiente familiar como o local privilegiado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes;
- Articulação com a rede de serviços da comunidade, a fim de criar mecanismos de fortalecimento das famílias e mobilizar segmentos capazes de propor futuras políticas públicas.

PÚBLICO ALVO

As crianças e adolescentes abordados nas ruas por equipes parceiras encaminhados à ABTH. Tais crianças e adolescentes residiam no Estado do Rio de Janeiro, em comunidades localizadas da zona sul à zona oeste da capital, e nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, Seropédica e na Baixada Fluminense.

Na fase inicial do Projeto, os beneficiários foram indicados pela Secretaria da Criança e do Adolescente (SECRIA), extinta em junho de 2000. O encaminhamento de novas famílias passou a ser feito pela equipe de abordagem da FIA, lotada na Central de Recepção de Crianças e Adolescentes em Situação de risco.

POPULAÇÃO ABRANGIDA

As crianças e adolescentes em situação de rua e encaminhadas para o Projeto e suas famílias. Para cada família atendida, no mínimo 15 pessoas foram indiretamente beneficiadas, entre parentes da família trabalhada e vizinhos da comunidade atendida.

PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO/DESENVOLVIMENTO

Dezembro de 1999 à Dezembro de 2002.

METODOLOGIA E/OU ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

As ações organizaram-se da seguinte forma:

- Cada dupla de profissionais (psicólogo e assistente social) se responsabilizou por, em média, 45 famílias;
- As duplas mantiveram um contato sistemático com os núcleos familiares sob sua responsabilidade, através de visitas domiciliares, entrevistas e grupos de pais;
- As duplas de técnicos avaliaram as relações extra familiares através de contatos com a rede de serviços da comunidade, de forma a potencializar os recursos básicos dessas famílias;
- Em reuniões periódicas, de estudo de caso e de supervisão, os técnicos do Projeto avaliaram a qualidade de sua intervenção, procurando aprimoramento constante para a obtenção dos resultados previstos, ou seja, *promoção real da família e reversão da situação de rua*;
- Num monitoramento sistemático da ação, a equipe técnica levantou dados estatísticos que situaram a demanda regional de serviços de apoio às famílias. Esses dados tornaram-se instrumentos de avaliação do Projeto, além de funcionarem como indicadores para implementação de políticas públicas.

Durante todo o trabalho, a sociedade se envolveu de forma variada. Como exemplo, citamos: a rede escolar que cedeu espaço para reuniões dos grupos de adolescentes; os professores que fizeram acompanhamento escolar das crianças e adolescentes e interagiram com a equipe de profissionais do Projeto; pessoas que tinham alguma influência na comunidade viabilizaram a entrada dos técnicos em regiões de maior risco; pessoas físicas participaram como voluntárias, oferecendo seus serviços profissionais (médicos, arquitetos etc.) ou fazendo doações (de material de construção, de móveis, de roupas etc.).

PARCEIROS ENVOLVIDOS

SECRIA (Secretaria da Criança e do Adolescente) – extinta em 2000

FIA (Fundação da Infância e Adolescência)

Redes de atenção regionais na esfera da infância, adolescência e família.

RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E EQUIPAMENTOS ENVOLVIDOS

6 equipes compostas de um psicólogo e um assistente social totalizando 12 profissionais.

1 coordenador

1 assistente de coordenação

2 funcionários administrativos

1 gerente

METODOLOGIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO (se houver)

- ✓ Elaboração de relatórios mensais;
- ✓ Listagem das famílias e crianças beneficiadas;
- ✓ Prontuário das famílias, com registros do acompanhamento técnico e o mapa familiar (genograma), com biografia, levantamento das relações intrafamiliares (incluindo família extensa). Tal material afere as conseqüências das intervenções e acompanhamento técnico realizado.
- ✓ Ficha de evolução;
- ✓ Lista de presença;
- ✓ Depoimentos das famílias e fotos também compuseram as ferramentas de monitoramento e avaliação do projeto.

RESULTADOS AFERIDOS

Número de crianças e adolescentes beneficiados

Resultado cumulativo dez. 99 a jun.2002

Região	Famílias	Crianças/ Adolescentes	Crianças/ Adolescentes	Total de Crianças
---------------	-----------------	-----------------------------------	-----------------------------------	------------------------------

		Reintegrados ¹	Beneficiados ²	atingidas
Baixada Fluminense	135	227	200	427
Rio de Janeiro	374	620	496	1.116
Niterói	19	57	44	101
São Gonçalo	24	59	31	90
Itaguaí/ Seropédica/ Santa Cruz	45	59	118	177
Total	597	1022	889	1.991

1 - Crianças/adolescentes reintegrados – encontravam-se em situação de risco nas ruas e voltaram para casa.

2 - Crianças/adolescentes beneficiados – irmãos daqueles que estavam nas ruas, recebendo através do Projeto um atendimento preventivo.

Público Indiretamente Beneficiado: 8.955

Em seis meses de ação, a média de sucesso nas reintegrações atingiu 95% das crianças reintegradas, que não voltaram à situação de rua. Quanto à inserção escolar, 90% das crianças beneficiadas estavam freqüentando a escola. Após algumas dificuldades encontradas no repasse da renda mínima, o que interferiu no planejamento dos projetos de geração de renda individuais, a média de sucesso caiu para 75% de reintegrações bem-sucedidas.

O modelo de intervenção utilizado demonstrou resultados positivos, chegando a atingir, nos primeiros oito meses de ação, 95% de sucesso, promovendo a reintegração familiar e escolar de crianças e adolescentes, a responsabilização dos pais, perspectivas de mudanças qualitativas nas condições materiais de vida e a construção de novos valores, o que ocasionou a quebra do padrão a que tais famílias estavam submetidas.

O Projeto se opôs a outras propostas de cunho assistencialista à medida que construiu junto com as famílias o fortalecimento de suas competências, alcançando a autonomia dos núcleos familiares atendidos e tendo como desafio a perspectiva de propor mudanças culturais e políticas.

Estas reflexões estão vinculadas à integração das políticas públicas, à capacidade de constituir sujeitos de direito e cidadania culturalmente empreendedora. A “renda mínima” foi compreendida como um recurso material de inserção, uma alavanca para o trabalho, como categoria organizadora. Na política de combate à pobreza, a noção de trabalho foi essencial, pois o subsídio por si só não gerou compromissos e responsabilidades. Foi o acompanhamento psicossocial, em paralelo à concessão do auxílio financeiro, que incitou o papel ativo das famílias, numa rede solidária e associativa, como capital social de caráter organizativo e empreendedor.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

- A Escola, principal parceira no Projeto, em sua grande maioria, não investiu no relacionamento com as famílias. Muitas não aceitavam a criança ou o adolescente sem limites, preferindo também “expulsá-los” do sistema escolar, responsabilizando por isso a omissão e/ou passividade dos pais. Nossa parceria com os sistemas de ensino demandaram um novo enfoque, por parte da escola, em relação à criança e adolescente em situação de rua, fortalecendo a proximidade da família e o investimento em seu potencial. Essa foi a tônica de nossa parceria com as escolas, o que, sem dúvida, foi um processo gradativo de articulação e de mudança de cultura.
- A renda mínima concedida deveria ter como objetivo principal melhorar as condições de moradia ou servir como capital de giro para uma geração constante de renda. Quebrar o padrão repetitivo de sobrevivência nas ruas significou uma mudança no funcionamento familiar, o que exigiu tempo e constância para criar novos padrões de interação e sobrevivência. No decorrer de 12 meses da ação (em média com cada família), verificamos que a estabilidade no repasse dos recursos era primordial para o

planejamento e administração do montante financeiro por parte das próprias famílias beneficiadas, além de orientar a seqüência da ação com vistas à qualidade dos resultados alcançados. A interrupção e os atrasos no repasse do subsídio e da cesta básica comprometeu, algumas vezes, a confiança existente entre as famílias e o Projeto, paralisando seus planos de geração de renda e ocasionando o retorno às ruas de algumas delas, fragmentando deste modo o trabalho realizado.